



ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO
C.N.P.J. 06.113.690/0001-71
PRAÇA GETÚLIO VARGAS, S/N - CENTRO
CEP N° 65.790.000

PROF. 533
PROCESSO: 131/2022
Assinatura: 1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/SEMAD

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2022/SEMA

DESPACHO PARA ASSESSORIA JURÍDICA



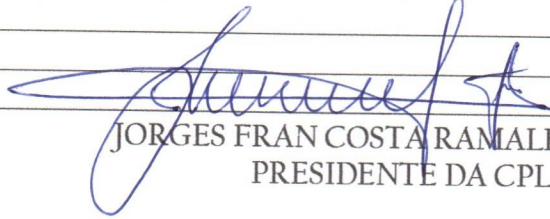
ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO
C.N.P.J. 06.113.690/0001-71
PRAÇA GETÚLIO VARGAS, S/N - CENTRO
CEP N° 65.790.000

CLASS: 534
Nº PROCESSO: 131/2022
Assinatura: _____

A ASSESSORIA JURÍDICA,

Para análise e Parecer do presente processo de inexigibilidade de licitação, conforme parágrafo único do Artigo 38 da Lei Federal N° 8.666/93 e suas alterações posteriores.

São Domingos do Maranhão (MA), 08 de fevereiro de 2022.



JORGES FRAN COSTA RAMALHO
PRESIDENTE DA CPL



ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO
C.N.P.J. 06.113.690/0001-71
PRAÇA GETÚLIO VARGAS, S/N - CENTRO
CEP N° 65.790.000

FOLHAS: 535
Nº PROCESSO: 131/2022
Assinatura: /

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/SEMAD

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2022/SEMA

PARECER DA ASSESSORIA JURÍDICA



ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO
C.N.P.J. 06.113.690/0001-71
PRAÇA GETÚLIO VARGAS, S/N - CENTRO
CEP Nº 65.790.000

Processo: 536
131/2022
Assinatura: [assinatura]

PARECER JURÍDICO Nº 55/2022/ASSEJUR

ASSUNTO: Contratação de prestação de serviços técnicos profissionais na área jurídica, de natureza singular, para atuação na esfera judicial contenciosa, especializada nos ramos do petróleo e gás. Inexigibilidade de Licitação: Artigos 13, III, e 25, II, da Lei nº. 8.666/93.

I – DO OBJETO: O presente parecer tem como objeto o de procedimento de formalização legal para a Contratação de empresa especializada em consultoria para prestação de serviços para ajuizamento e acompanhamento de ações judiciais e/ou administrativas que tenham por objeto a revisão ou incremento de repasses de royalties em face da Agência Nacional do Petróleo e Gás Natural e Biocombustíveis – ANP e União Federal com o objetivo de recuperar os repasses mensais e em atraso dos royalties, com a revisão dos atuais critérios de repasses com intuito de recuperação, inclusive das correções monetárias devidas visando o devido pagamento pelos equipamentos de embarque e desembarque dos campos produtores sobre a lavra marítima e terrestre de origem nacional por força do §1º, do art. 20, da Constituição Federal e das Leis nºs 7.990/89, 7.525/86 e 9.478/97.

II – DO RELATÓRIO:

Constam no processo, as seguintes peças: Memorando solicitando parecer com justificativa para a contratação, informação orçamentária, proposta de preços e serviços, documentos de habilitação da empresa. Estes são os elementos e fatos presentes nos autos.

Passemos às considerações legais sobre as contratações dos serviços aludidos pela Administração Pública.

III – DA FUNDAMENTAÇÃO: A nossa Carta Magna estabeleceu como regra geral e condição básica à compra de bens e contratação de serviços, quando realizadas para a Administração Pública, o dever de licitar (art. 37, XXI, da CF/88).

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:(...)

XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”(grifo nosso).

A Lei que regulamenta o dispositivo constitucional acima, Lei nº 8.666/93, no seu art. 2º, também ratifica o comando constitucional, vejamos:

[assinatura]



ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO
C.N.P.J. 06.113.690/0001-71
PRAÇA GETÚLIO VARGAS, S/N - CENTRO
CEP N° 65.790.000

VERIAS: 537
Nº PROCESSO: 131/2022
Assinatura: /

“Art. 2º As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta lei.” (grifo nosso).

Mas, o legislador previu situações em que as licitações poderiam ser dispensadas ou inexigidas, permitindo-se, a contratação direta de serviços, respeitados os requisitos legais. São as chamadas contratações com dispensa ou por inexigibilidade de licitação. As hipóteses de inexigibilidade estão presentes nos Art.25 da mesma Lei.

A Lei nº 8.666/93 que disciplina as licitações determina em seu art. 25, II, que quando houver inviabilidade de competição para contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação, a licitação poderá ser inexigível, *in verbis*:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação; (grifo nosso).

Acerca das hipóteses de inexigibilidade a doutrina de Jorge Ulisses Jacoby nos ensina que:

Já a inexigibilidade, tratou do reconhecimento de que era inviável a competição entre ofertantes, seja porque só um fornecedor ou prestador de serviços possuía a aptidão para atender o interesse público, seja porque fazia face às peculiaridades no objeto contratual pretendido pela Administração.

Mesmo com a doutrina acima mencionada expondo a inexigibilidade de forma simples, limitando-se apenas a inviabilidade de competição, o debate acerca desta forma de contratação direta é bastante profundo, complexo e tortuoso, como afirma Marçal Justen Filho:

Segundo a fórmula legal, a inexigibilidade de licitação deriva da inviabilidade de competição. Essa fórmula não foi explicada nem esclarecida pela Lei, que se restringiu a fornecer um elenco de exemplos daquilo que caracteriza inviabilidade de competição. O tema tem sido objeto de contínuas incursões doutrinárias e sérias controvérsias jurisprudenciais, sem que se tenham atingido soluções plenamente satisfatórias 2.

¹ FERNANDES, Jorge Jacoby Ulisses. Contratação Direta Sem Licitação. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2007, p. 530.

² JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. São Paulo: Dialética, 005, p. 271.



ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO
C.N.P.J. 06.113.690/0001-71
PRAÇA GETÚLIO VARGAS, S/N - CENTRO
CEP Nº 65.790.000

DIÁRIAS: 538
Nº PROCESSO: 131/2022
Assinatura:

Acompanhando os vastos ensinamentos de Jorge Ulisses Jacoby, para a contratação na hipótese acima exposta é fundamental que sejam preenchidos os seguintes requisitos:

a) referentes ao objeto do contrato:

- que se trate de serviço técnico;
- que o serviço esteja elencado no artigo 13 da Lei nº 8.666/93;
- que o serviço apresente determinada singularidade; - que o serviço não seja de publicidade ou divulgação.

b) referentes ao contratado:

- que o profissional detenha a habilitação pertinente;
- que o profissional ou empresa possua especialização na realização do objeto pretendido;
- que a notória especialização esteja intimamente relacionada com a singularidade pretendida pela Administração.

Conforme está explicitado acima, para contratação de serviços especializados, a natureza dos serviços do “objeto do contrato” deve ser técnico, estar elencado no rol do artigo 13 da Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93), ter determinada singularidade e por fim não ser de publicidade ou divulgação.

O primeiro requisito é que os serviços do “objeto do contrato” devam ter natureza técnica. O doutrinador Hely Lopes Meireles define bem o que seja serviço técnico:

“Serviços técnicos profissionais são os que exigem habilitação legal para a sua execução. Essa habilitação varia desde o simples registro do profissional ou firma na repartição competente até o diploma de curso superior oficialmente reconhecido. O que caracteriza o serviço técnico é a privatividade de sua execução por profissional habilitado, seja ele um mero artífice, um técnico de grau médio ou um diplomado em escola superior”. (grifo nosso).

No presente caso o objeto a ser contratado é um serviço eminentemente técnico que será prestado por empresa especializada com profissionais de apurado conhecimento técnico de larga experiência na área, conforme preconiza a legislação pertinente.

Outro requisito acerca do objeto do contrato é que este “serviço apresente determinada singularidade”.

O Ministro do STF, Eros Roberto Grau define bem o que seja singularidade do serviço:

³FERNANDES, Jorge Jacoby Ulisses. Contratação Direta Sem Licitação. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2007, p.592.

⁴MEIRELLES, Hely Lopes. Curso de Direito Administrativo. 32ª ed. São Paulo: Malheiros, 2006, p. 257.



ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO
C.N.P.J. 06.113.690/0001-71
PRAÇA GETÚLIO VARGAS, S/N - CENTRO
CEP N° 65.790.000

DIAS: 539
Nº PROCESSO: 131/2022
Assinatura: [assinatura]

“Serviços singulares são os executados segundo características próprias do executor. Correta, portanto, a observação de quesingulares são os serviços porque apenas podem ser prestados, decerta maneira e com determinado grau de confiabilidade, por um determinado profissional ou empresa. Por isso mesmo é que a singularidade dos serviços está contida no bojo da notória especialização.

Ser singular o serviço, isso não significa seja ele necessariamente o único. Outros podem realizá-lo, embora não o possam realizar domesmo modo e com o mesmo estilo de um determinado profissional ou de uma determinada empresas”. (grifo nosso).

Neste mesmo sentido preleciona odoutrinador Celso AntônioBandeira de Mello, vejamos:

“Em suma, a singularidade é relevante e um serviço deve ser havido como singular quando nele tem de interferir, como requisito de satisfatório atendimento da necessidade administrativa, um componente criativo de seu autor, envolvendo estilo, o traço, a engenhosidade, a especial habilidade, a contribuição intelectual, artística, ou a argúcia de quem o executa, atributos estes que são precisamente os que a Administração reputa convenientes e necessita para a satisfação do interesse público em causa.

Embora outros, talvez até muitos, pudessem desempenhar a mesma atividade científica, técnica ou artística, cada qual o faria à sua moda, de acordo com os próprios critérios, sensibilidade ,juízos, interpretações e conclusões, parciais ou finais, e tais fatores individualizadores repercutirão necessariamente quanto à maior ou menor satisfação do interesse público. Bem por isso, não é indiferente que sejam prestados pelo sujeito ‘A’ ou pelos sujeitos ‘B’ ou ‘C’, ainda que todos esses fossem pessoas de excelente reputação.”⁶.

Assim, não restam dúvidas que a contratação para a execução deserviços de consultoria técnica especializada, poderá inexigir a licitação, conforme os ensinamentos doutrinários abaixo:

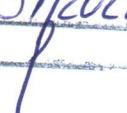
“Licitação não foi concebida para isso, mas para comparar propostas diferentes para trabalhos iguais. Se o trabalho desejado é intelectual e por isso singular por cada prestador que detenha a intelectualidade necessária, então a licitação, fácil é concluir, deve passar longe.”⁷.

Corroborando com o debatido entendimento, a Lei 14.039de 17de agosto de 2020 definiu:

⁵ GRAU, Eros Roberto. Inexigibilidade de licitação – Serviços técnico-profissionais especializados – Notória especialização. RDP 99/70.



ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO
C.N.P.J. 06.113.690/0001-71
PRAÇA GETÚLIO VARGAS, S/N - CENTRO
CEP Nº 65.790.000

OLHAS: 540
Nº PROCESSO: 131/2022
Assinatura: 

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do parágrafo 5º do art. 66 da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da OAB), passa a vigorar acrescida do seguinte art. 3º-A:

“Art. 3º-A. Os serviços profissionais de advogado são, por sua natureza, técnicos e singulares, quando comprovada sua notória especialização, nos termos da lei.

Parágrafo único. Considera-se notória especialização o profissional ou a sociedade de advogados cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.” (grifo nosso)

Em 25 de outubro de 2020, o Plenário do Supremo Tribunal Federal formou maioria para dar parcial provimento a Ação Declaratória de Constitucionalidade proposta pelo Conselho Federal da OAB, que tratada inexistência de licitação para contratação de advogados por entes públicos. Eis a Ementa da ADC 45:

DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE. ARTS. 13, V, E 25, II, DA LEI Nº 8.666/1993. CONTRATAÇÃO DIRETA DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. 1. Ação declaratória de constitucionalidade dos arts. 13, V, e 25, II, da Lei nº 8.666/1993, que trata da qualificação dos serviços técnicos profissionais especializados e das hipóteses de inexistência de licitação. Alegação de que tais normas dão ensejo a controvérsias judiciais nos casos de contratação direta de serviços advocatícios.

6 MELLO, Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo. 12. ed. São Paulo: Malheiros, 2000, p.478.





ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO
C.N.P.J. 06.113.690/0001-71
PRAÇA GETÚLIO VARGAS, S/N - CENTRO
CEP Nº 65.790.000

FOLHAS: 541

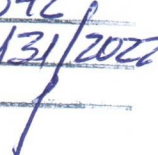
Nº PROCESSO: 131/2022

Assinatura: _____

2. Constitucionalidade dos arts. 13, V, e 25, II, da Lei nº8.666/1993: disciplina legal da matéria que regulamenta com critérios razoáveis o art. 37, XXI, da CF.
3. Necessidade de conferir segurança jurídica à interpretação e aplicação dos dispositivos legais objeto da presente ação, mediante o estabelecimento de critérios e parâmetros dentro dos quais a contratação direta de serviços advocatícios pela Administração Pública, por inexigibilidade de licitação, estará em consonância com os princípios constitucionais da matéria, especialmente a moralidade, a impessoalidade e a eficiência. Precedentes: Inquérito 3.074, j. em 26.08.2014; MS 31.718, j. em 16.05.2018.
4. Necessidade de procedimento administrativo formal (art. 26 da Lei nº 8.666/1993). Como todos os contratos celebrados mediante inexigibilidade de licitação, também a contratação direta de serviços advocatícios sob esse fundamento deve observar, no que couber, as exigências formais e de publicidade contidas na legislação de regência, especialmente o dever de motivação expressa, a fim de permitir a verificação de eventuais irregularidades pelos órgãos de controle e pela própria sociedade.
5. Notória especialização do profissional a ser contratado (art. 13, V, da Lei nº 8.666/1993). A escolha deve recair sobre profissional dotado de especialização incontroversa, com qualificação diferenciada, aferida por elementos objetivos, reconhecidos pelo mercado (e.g. formação acadêmica e profissional do contratado e de sua equipe, autoria de publicações pertinentes ao objeto da contratação, experiência bem-sucedida em atuações pretéritas semelhantes).
6. Natureza singular do serviço (art. 25, II, da Lei nº8.666/1993). O objeto do contrato deve dizer respeito a serviço que escape à rotina do órgão ou entidade contratante e da própria estrutura de advocacia pública que o atende. Inviabilidade de contratar-se profissional de notória especialização para serviço trivial ou rotineiro, exigindo-se que a atividade envolva complexidades que tornem necessária peculiar expertise. Existência de característica própria do serviço que justifique a contratação de um profissional específico, dotado de determinadas qualidades, em detrimento de outros potenciais candidatos. Precedente: AP 348, Rel. Min. Eros Grau, j. em 15.12.2006.
7. Inadequação da prestação do serviço pelo quadro próprio do Poder Público. A disciplina constitucional da advocacia pública (arts. 131 e 132, da CF) impõe que, em regra, a assessoria jurídica das entidades federativas, tanto na vertente consultiva como na defesa em juízo, caiba aos advogados públicos. Excepcionalmente, caberá a contratação de advogados privados, desde que plenamente configurada a impossibilidade ou relevante inconveniência de que a atribuição seja exercida pelos membros da advocacia pública.



ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO
C.N.P.J. 06.113.690/0001-71
PRAÇA GETÚLIO VARGAS, S/N - CENTRO
CEP Nº 65.790.000

FOLHAS: 542
Nº PROCESSO: 131/2022
Assinatura: 

8. Contratação pelo preço de mercado. Mesmo que a contratação direta envolva atuações de maior complexidade e responsabilidade, é necessário que a Administração Pública demonstre que os honorários ajustados encontram-se dentro de uma faixa de razoabilidade, segundo os padrões do mercado, observadas as características próprias do serviço singular e o grau de especialização profissional. Essa justificativa do preço deve ser lastreada em elementos que confirmem objetividade à análise (e.g. comparação da proposta apresentada pelo profissional que se pretende contratar com os preços praticados em outros contratos cujo objeto seja análogo).

9. Parcial procedência do pedido, conferindo-se interpretação conforme a Constituição aos arts. 13, V, e 25, II, da Lei nº 8.666/1993. Fixação da seguinte tese: "São constitucionais os arts. 13, V, e 25, II, da Lei nº 8.666/1993, desde que interpretados no sentido de que a contratação direta de serviços advocatícios pela Administração Pública, por inexigibilidade de licitação, além dos critérios já previstos expressamente (necessidade de procedimento administrativo formal; notória especialização profissional; natureza singular do serviço), deve observar: (i) inadequação da prestação do serviço pelos integrantes do Poder Público; e (ii) cobrança de preço compatível com o praticado pelo mercado". (Grifos nossos)

Desta feita, resta pacífica a constitucionalidade da inexigibilidade de licitação para contratação de serviços advocatícios, devidamente fundamentada na doutrina, jurisprudência e na legislação vigente.

Diante da documentação acostada aos autos, mantém-se evidenciado que a contratação do escritório *NILO & ALMEIDA ADVOGADOS ASSOCIADOS*, CNPJ Nº 22.964.948/0001-08 é a mais adequada à plena satisfação dos fins buscados nesta contratação. Isso porque, analisando-se a documentação juntada ao presente processo pode-se perceber que os serviços prestados pela referida empresa são singulares. Além disso, os profissionais que compõem a equipe possuem vasta experiência na área em comento.

Com relação à minuta do contrato administrativo, verifica-se que nela estão presentes todos os elementos legais necessários, exigidos no artigo 55, da Lei nº 8.666/93.

Por fim, ressalta-se que devem ser juntados aos autos do processo administrativo os comprovantes das publicações do contrato administrativo nos termos do parágrafo único do artigo 61, da Lei nº 8.666/93.

Desta forma, nos pronunciamos favoráveis a contratação direta do escritório *NILO & ALMEIDA ADVOGADOS ASSOCIADOS*, CNPJ Nº 22.964.948/0001-08, por entender ser inexigível a realização de procedimento licitatório mais complexo, nos termos da lei 8.666/93.

IV – DA CONCLUSÃO:

Diante de todo o exposto, entendemos, para o caso em apreço, que é possível a





ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO
C.N.P.J. 06.113.690/0001-71
PRAÇA GETÚLIO VARGAS, S/N - CENTRO
CEP Nº 65.790.000

FOLHAS: 543
Nº PROCESSO: 131/2022
Assinatura: [assinatura]

contratação dos serviços requeridos com inexigibilidade de licitação, fundado no art. 25, II, da Lei nº 8.666/93 e Lei 14.039/2020.

Encaminhem-se os presentes autos ao órgão responsável para ratificação, conforme o *caput* do art. 26 da Lei 8.666/93.

É o parecer, Salvo Melhor Entendimento.

São Domingos do Maranhão (MA), 09 de fevereiro de 2022.

HILTON PEREIRA DA SILVA
ASSESSORIA JURÍDICO
OAB/MA - 7304
PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE SÃO
DOMINGOS DO MARANHÃO